

**POTENCIALIDADES TURÍSTICAS COMO PROGRESSO ECONÔMICO E AS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA BÁSICA EM MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DA BORBOREMA POTIGUAR.**

***TOURISM POTENTIALITIES AS ECONOMIC PROGRESS AND THE BASIC INFRASTRUCTURE CONDITIONS IN MUNICIPALITIES OF MICROREGION OF THE BORBOREMA POTIGUAR***

**Autor(es):**

**José Carlos Matias** - Mestre do Curso de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES). Filiado a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

E-mail: [geografiadosemiariidoifrn@gmail.com](mailto:geografiadosemiariidoifrn@gmail.com)

**Emanoel Márcio Nunes** - Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009), com estágio doutoral realizado junto ao Rural Development Group da Wageningen University and Research Center, na Holanda (2008-2009). Filiado a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

E-mail: [emanoelnunes@uern.br](mailto:emanoelnunes@uern.br)

Grupo de Trabalho (GT): <<nº e título do GT>>

**Resumo:** A atividade turística como alternativa para o desenvolvimento socioeconômico de áreas carentes de avanços em seus indicadores tem ganhado força nas últimas décadas. Este artigo apresenta os municípios da microrregião da Borborema Potiguar, delimitando São José do Campestre, Serra de São Bento e Monte das Gameleiras, pela condição de área de atração turística atual, considerando o estágio dela quanto à infraestrutura básica existente e o aumento do fluxo de visitantes nas últimas décadas. Construiu-se, assim, um paralelo do turismo com outras atividades econômicas que vem se destacando no semiárido da região nordeste, a exemplo da fruticultura irrigada, desmitificando o pensamento determinista que relaciona o atraso dos níveis de desenvolvimento do semiárido nordestino com as condições climáticas históricas. Como metodologia, utilizamos de uma pesquisa bibliográfica, visita à ao local e a ferramenta matriz SWOT. Assim, estabelecemos uma síntese com referenciais teóricos que focaram as condições econômicas regionais históricas e aspectos que podem elevar locais a avanços com atitudes inovadoras; sendo cabível que a cadeia produtiva do turismo tem capacidade de trazer resultados satisfatórios para determinados lugares do Nordeste, desde que elas apresentem a *expertise* necessária para atrair pessoas.

**Palavras-chave:** Turismo; Borborema Potiguar; Desenvolvimento.

**Abstract:** *Tourism as an alternative for the socioeconomic development of areas lacking progress in their indicators has gained momentum in recent decades. This article presents the municipalities of the Borborema Potiguar micro-region, delimiting São José do Campestre, Serra de São Bento, and Monte das Gameleiras, due to their current status as tourist attractions, considering their stage of development in terms of existing basic infrastructure and the increase in visitor flow in recent decades. Thus, a parallel was drawn between tourism and other economic activities that have been gaining prominence in the semi-arid region of the northeast, such as irrigated fruit growing, demystifying the deterministic thinking that relates the delay in the levels of development of the northeastern semi-arid region to historical climatic conditions. As a methodology, we used bibliographic research, site visits, and the SWOT matrix tool. Thus, we established a synthesis with theoretical references that focused on historical regional economic conditions and aspects that can elevate locations to advances with innovative attitudes; it is appropriate that the tourism production chain has the capacity to bring satisfactory results to certain places in the Northeast, provided that they have the necessary expertise to attract people.*

**Keywords:** *Tourism; Borborema Potiguar; Development*

## 1 INTRODUÇÃO

Como cadeia produtiva importante no cenário econômico atual, avaliamos que a atividade turística tem envolvido atores de vários segmentos da sociedade com metas cada vez mais ousadas na conjuntura macroeconômica dos países.

Inerente, ao dar relevo à questão da produção no turismo, considerando a análise dos atrativos do segmento cultural e sua gestão de operações no contexto da cadeia produtiva, Pimentel (2020) se referenciou em Slack, Chambers e Johnston (2007) para relacionar o objeto aqui discutido com aspectos do ambiente econômico como: produção, consumo, renda, etc. Com essa visão criam-se, principalmente nos “clusters” turísticos, articulações entre gestores públicos, empreendedores e organizações de governo, ou não, que veem na atividade uma forma de desenvolvimento econômico e social.

Nessa perspectiva, discorremos sobre as potencialidades turísticas como progresso econômico, considerando a infraestrutura básica – comunicação viária, saneamento básico, transportes –, argumentando que alternativas econômicas diferentes das praticadas historicamente, logram condições para oportunizar espaços que ainda não atentaram para as respostas positivas que a atividade turística pode proporcionar, trazendo como exemplo a prática do turismo rural (Valduga *et al*, 2020).

Como embasamento teórico, valemo-nos, assim, das reflexões de Prado Júnior (2004), Furtado (2005) e Bacelar (2013), vislumbrando que a discussão desses e de outros autores, como Castro (2000) –, podem desembocar em uma percepção empreendedora de que as atividades econômicas não tradicionais têm potencial para contribuir com avanços importantes em localidades com perfil

para o desenvolvimento de práticas produtivas inovadoras.

Assim, este artigo surgiu com o objetivo de apresentar os municípios da Microrregião da Borborema Potiguar com área delimitada para São José do Campestre, Serra de São Bento e Monte das Gameleiras, também incrustados na Região Imediata Santo Antônio-Passa e Fica-Nova Cruz, na relação com o turismo e a infraestrutura básica existente em seus 510 Km<sup>2</sup> e população total de 19.100 habitantes (Ibge Cidades, 2023).

Metodologicamente, esta proposta configurar-se como uma pesquisa bibliográfica e documental em torno de referenciais teóricos que contribuíram para a elaboração e de documentos públicos que trataram das questões locais voltadas para o turismo; de visitas a instituições e locais específicos da área; além da utilização da ferramenta Matriz SWOT, que proporcionou uma visão situacional mais apurada, favorecendo a leitura das condições atuais intrínsecas ao tema e às perspectivas da área.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com novas perspectivas de desenvolvimento de espaços e oportunidades de impulso econômico como: Data Centers, Polos Industriais, Arranjos Produtivos Locais (APL's), Núcleos Fruticultores, dentre outras, essas ações têm sido oferecidas como alternativas de desenvolvimento territorial.

Tratando da temática: Desenvolvimento Econômico Local com Fundamentos Teóricos, Integração Urbana e Possibilidades Práticas para os Municípios Brasileiros, Almeida (2024, p. 217) defende que:

A interpretação e, por conseguinte, a promoção do desenvolvimento econômico encontram diversos sentidos nas elaborações teóricas ligadas tanto à economia em sentido estrito quanto à sua representação espacial. em meio a essa multiplicidade, entendemos que a construção de estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico local, em integração com as dinâmicas urbanas municipais, também deve ser elaborada de forma múltipla e com diferentes enfoques e escalas Almeida (2024, p. 217).

Esses conceitos em suas várias concepções, juntos com o crescimento econômico, são considerados pilares do progresso “sendo o primeiro, fruto do eficiente direcionamento de políticas que conseguem traduzir o segundo em níveis cada vez melhores de condições de vida para a população”

(Nunes, 2020, p. 859).

O diálogo aqui apresentado realça o desenvolvimento de áreas e, por conseguinte de grupos humanos – considerando a essência etimológica do termo desenvolver –, havendo conveniência de relacioná-lo com a dimensão econômica em muitos aspectos.

Pelo exposto, remetemo-nos a Araújo (2014) e Theis (2022), observando alguns fatores que se apresentam quando o desenvolvimento regional é trazido ao debate. Desse modo, a primeira avaliou “as tendências observadas no desenvolvimento do nordeste nos anos iniciais do século XXI”, destacando mudanças importantes (Araújo, 2014, p. 542). A referida autora se aprofundou no tema destacando as políticas de Estado iniciadas na época em vários âmbitos – infraestrutura, educação, agropecuária, dentre outros, mas frisou a continuação de práticas econômicas tradicionais o que foi chamado de “permanências relevantes”.

Ademais, Theis (2022) questionou a concepção de desenvolvimento levando para a esfera regional nos debates acadêmico-científicos, observando, assim, a realidade dos países, quando ele enfatiza que:

A ideia de desenvolvimento se disseminaria como aspiração não apenas dos já desenvolvidos, mas também, dos declarados subdesenvolvidos, como panaceia para a superação do atraso econômico e a erradicação da pobreza (Theis, 2022, p. 8).

Cabe aqui uma saliência para refutar o desenvolvimento por si só, tratando de acúmulo de riquezas sem um olhar para a forma como os espaços se desenvolvem. Nessa pegada o último autor citado (2022, p.3) trouxe fragmentos de Berman (1986) e Furtado (1974) para robustecer seu pensamento sobre as condições que condicionam o desenvolvimento dos países: participação social e institucional, relação com o meio e outras possibilidades que venham a contribuir com avanços sociais.

De acordo com Teixeira (2014)

É sabido o largo espectro do emprego do termo *desenvolvimento* no acervo conceitual e operativo da produção de conhecimento em todas as áreas do saber e da vida. Sua ampla acepção vincula-se a processos de mudanças que representam novas conquistas, novos aportes, novas descobertas, novas tecnologias, que favorecem o desabrochar das potencialidades da natureza e dos seres humanos, geram bem-estar aos seres sociais, aumenta produtividade

social do trabalho, diminuem esforços supérfluos, facilitam a vida, diminuindo os riscos do infortúnio pessoal ou coletivo (Teixeira, 2014, p. 127).

Carniello e Silva (2018, p.3) se embasaram em Sachs (2003) para relatar que “o desenvolvimento, se baseia, antes de mais nada, na capacidade de um povo em pensar a seu próprio respeito”; nessa menção há uma conotação de que a ética, a cultura e vertentes de solidariedade são atributos que devem permear um projeto de desenvolvimento de uma sociedade no presente com perspectivas de futuro.

Com uma posição economicista, mas teorizando aspectos do desenvolvimento (Silva, 2011), Furtado (2005) apresentam na obra: Formação Econômica do Brasil, aspectos que se remetem à análise da economia do Brasil de forma cronológica, na qual, traça um paralelo com as ocorrências históricas no âmbito da geração de riquezas com ênfase para a produção canavieira e criatória; observando, também, a própria formação da sociedade brasileira no que tange aos elementos da pauta econômica, tais como: produção, crises, emprego, renda, movimentos migratórios, dentre outros indicadores da macroeconomia que marcaram os séculos antecedentes ao modelo político republicano brasileiro e subsequente. Nesse cenário Prado Júnior (2004, p. 68) corrobora com destacadas informações de Furtado (2005) quando discorre sobre o espaço criatório do Nordeste.

Ao ponderarmos as obras supratranscritas, em que destacam o nordeste brasileiro e as suas raízes econômicas, buscamos referenciais que dialogam e encorpam os objetivos desta proposta, como também pelo fato dela tratar de alternativas econômicas dos territórios considerando elementos do desenvolvimento local, embora Brandão (2012) tenha críticas ao localismo ou escala local para tratar de desenvolvimento econômico, o que ele destaca como “endogenia exagerada” (Brandão 2012, p. 38). Nisso, o autor entende que o localismo exagerado provoca fraturas nas relações das esferas políticas (local, regional e nacional) e o isolamento do Estado em decisões participativas com foco no desenvolvimento.

No caso deste artigo, temos como escopo, mesmo com uma análise mais restrita a uma área delimitada, apontar, como outras literaturas as fizeram, a relevância do objeto de estudo quando se trata de desenvolvimento econômico. Logo, enfatizamos as palavras de Castro (2014) ao tecer críticas ao imaginário social no Nordeste, mencionando questões produtivas e indicando que “novas atividades que surgem no território nordestino, como o turismo e o agrobusiness, obrigam a que se elaborem novos termos e um novo conteúdo para o discurso na Região” (Castro, 2014, p. 2).

Portanto, focamos aqui as atividades turísticas como uma alternativa de desenvolvimento

para a região geográfica nordestina pelas suas características naturais e culturais e em escala menor em três municípios da microrregião da Borborema Potiguar, levando em conta a delimitação institucionalizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas, também, considerando as percepções de Silva (2013) ao se referir ao planejamento do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Assim, “a compreensão de território enfatiza um cenário em que o mesmo deve ser compreendido como construção histórica, incorporando as dimensões ambiental, econômica, social, institucional e política. É expressão da identidade de um povo.” (Silva, 2013, p. 100).

Outrossim, considera-se, ser intencional trazer como pano de fundo as discussões que mostram o território do semiárido brasileiro e nordestino apenas como um espaço marcado pelo viés climático com as suas insatisfações deterministas relacionadas com a distribuição dos índices pluviométricos e evidências socioeconômicas mal compreendidas externamente. Conforme análise, vemos que Castro (2014) tratou sobre essas condições do nordeste como determinismo geográfico e com um imaginário bem alicerçado de imposição ao pensamento acadêmico-científico sobre a região em relevo. Sob esse viés reflexivo, percebemos que Malvezzi (2007) se posiciona com uma linguagem motivacional esclarecendo que, “o Semi-Árido (*sic*) brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só” (Malvezzi, 2007, p. 9).

Dessa forma, internamente, é notória a ocorrência de outros argumentos político-culturais e econômicos que podem se configurar como impedimentos para um progresso mais célere do semiárido. Dentre eles, cabe citar: políticas públicas construídas sem a mobilização social necessária; modelos de relação de trabalho desigual; concentração fundiária espantosa; e, outros indicadores que mensuram a pobreza, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), além de déficits educacionais preocupantes.

Diante de constatações feitas a respeito das reflexões sobre a atividade turística e seus percalços atrelados a infraestrutura básica, há de se perguntar: “há possibilidades para o semiárido brasileiro se apropriar do progresso econômico em seus territórios diante da sua construção histórica com novas alternativas de produção?”.

Isto posto, vemos que Castro (2000) se utiliza do termo “Ilhas de Tecnologia” para apresentar territórios que se destacam no semiárido nordestino pela produção da fruticultura irrigada. Em convergência, como parâmetro, a autora se espelha no polo de fruticultura do Baixo-Açu, Mossoró e Baraúnas, no Rio Grande do Norte, para argumentar que, mesmo em regiões com dificuldades para avançar em seus indicadores econômicos e sociais por estarem alicerçadas em estruturas sociais

antigas e viciadas –, é possível estabelecer situações produtivas que culminem em progresso econômico.

Para mais, mencionando a “indústria da seca” como padrão comparativo para reforçar o discurso das duas realidades no semiárido, identificou-se que Castro (2000) discorre sobre um cenário com tecnologia, denominada de “ilhas”; e outro amparado em relações tradicionais de trabalho enfatizando o termo “subespaço”, utilizado por Bacelar (1997) para pontuar essas áreas-destaque na economia do semiárido, na qual, surgem “diversos subespaços dotados de infraestruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo, em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas [suas] atividades econômicas” (Bacelar, 1997 *apud* Castro, 2000, p. 01).

Ao discorrer as especificidades econômicas relacionadas com a atividade turística, vislumbra-se possibilidades de respostas positivas no âmbito econômico pela dinâmica oferecida, trazendo à tona aspectos pertinentes ao nicho, nos quais:

A gestão da cadeia produtiva ocorre na interconexão das empresas que se relacionam por meio de ligações à montante e à jusante entre os diferentes processos, que produzem valor na forma de produtos e serviços para o consumidor final, à vista disso, a caracterização da cadeia produtiva decorre da sucessão de operações de produção, transformação, comercialização e consumo em volta de um determinado produto, por atores e atividades que abrangem todos os elos de envolvimento, além das políticas públicas adotadas para sua execução (Pimentel, 2020, p.5).

Pela contextualização apontada até aqui e da demonstração dos eventos pautados no desenvolvimento regional e local, é necessário um enfoque para a dinâmica econômica atual que, por sua vez, é marcada pela agilidade advinda das tecnologias da informação; da logística e celeridade dos transportes; das interações interpessoais virtuais ou não; acatando, também, a presença de novas formas de consumo e apelos midiáticos presentes no *marketing* das redes e aplicativos das empresas de tecnologia, as chamadas Big Techs.

Assim, observamos ser razoável que atividades econômicas presentes nesse estágio econômico do mundo venham trazer novas oportunidades para o desenvolvimento local em determinadas regiões do território do semiárido, impelindo-o para se desvencilhar, parcialmente, do modelo de

relação de trabalho relacionada à região nordeste de forma histórica.

Com essa intenção, constatamos que, coloca-se no radar econômico e social a ampliação da atividade turística como alternativa de desenvolvimento territorial, tendo nos recursos naturais paisagísticos e outros atributos, como: decisões políticas, mobilização social e ações empreendedoras. Na ótica do estudo, sempre se espera que esses elementos sejam capazes de atrair pessoas para determinados lugares com finalidades diversas, porém se observa também, a necessária oferta de um planejamento organizado e infraestrutura básica adequada.

## **2.1 POTENCIALIDADES TURÍSTICAS COMO PROGRESSO ECONÔMICO E AS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA BÁSICA**

Compreendemos como um ponto convergente nos meios acadêmicos e setores da produção econômica que a oferta de atrativos para pessoas interessadas em conhecer e vivenciar novos lugares é a primeira etapa de um processo que movimenta os espaços e cria uma cadeia produtiva importante em torno da atividade turística.

Portanto, a continuidade e o fortalecimento das ações que fomentam as opções de prosperidade econômica e social das localidades aqui tratadas, prioritariamente, como territórios – advindas da mobilidade temporária de pessoas em busca de lazer e oportunidade de interação sociocultural –, não ocorrem sem um grau de percepção para investimentos voltados para a comunicação viária entre os espaços, sistema de mobilidade e acessibilidade adequada e um nível de infraestrutura básica condizente com o fluxo. Vemos assim, em Guzzi e Braga (2021, p.3), que “algumas das concepções mais consolidadas no campo acadêmico do turismo brasileiro”, estão relacionadas com a “concentração de turistas, de atrativos e de equipamentos turísticos, obedecendo a lógica de que a atividade turística determinaria as características da organização espacial nos núcleos receptores”.

Dessa forma, a área deste estudo, composta pelos municípios de São José do Campestre, Serra de São Bento e Monte das Gameleiras, localizados em região de relevo com elevações e vales do Planalto da Borborema, se apresenta como um local a ser observado. Com destaque para o afloramento de rochas de diversas feições e temperaturas médias amenas – com índices mais baixos, geralmente, nos meses de junho, julho e agosto –, essas localidades têm se apresentado como um destino importante para pessoas oriundas de diversos lugares, inclusive de outros países, que buscam nas paisagens da região, nos atrativos culturais e gastronômicos, opções para o lazer e atividades semelhantes.

O ambiente térmico associado com as altitudes desses lugares, quando comparado com a média térmica do semiárido, transformou-se, também, em um atrativo a mais para os visitantes e estímulo para imersão aos vários pontos da região, principalmente, em grande parte de áreas de Serra de São Bento e Monte das Gameleiras.

**Figura 1:** Vista parcial da área urbana de Monte da Gameleiras (RN)



Fonte: arquivo pessoal de Francisco de Assis Gomes, agosto de 2023.

Diante do exposto, é importante mencionar que os estágios de desenvolvimento das atividades turísticas do território em tela não ocorreram com a mesma intensidade nos três municípios delimitados para este estudo. Pela localização fisiográfica, Serra de São Bento e Monte das Gameleiras se posicionaram com mais celeridade no desenvolvimento turístico através de políticas públicas, das parcerias público-privadas, das construções de estruturas alinhadas com suas condições naturais (clima e relevo) e em forma de prestação de serviços com uma rede de pousadas e de restaurantes, além da criação do Complexo Eólico Umari (Figura 2) que contribui com a atração para região

Figura 2: imagem parcial do Parque Eólico Umari na área de estudo



Fonte: pesquisa primária realizada pelos autores, 2025

Silva e Portela (2019, p. 9), reforçam que o destino surpreende pela qualidade e receptividade do atendimento e aspectos da paisagem. Conta-se também com o investimento em eventos gastronômicos, culturais e esportivos, ou seja, o chamado “turismo de aventura”, que tem se aperfeiçoado a cada ano de acordo com o calendário de evento da região.

Por conseguinte, em função desse arranjo turístico da região, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte (RN) elaborou o “Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo” nos Municípios de Passa e Fica, Serra de São Bento e Monte das Gameleiras (2017), com o objetivo de avaliar a região quanto às suas atividades turísticas e infraestruturas disponíveis; bem como, acompanhar o andamento e o alinhamento técnico do projeto. Em esforço conjunto gestão-comunidade, São José do Campestre - RN construiu o Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo (PDTT, 2022) ganhando condições para participar das propostas turísticas componentes do Polo Agreste/Trairi de Turismo do Rio Grande do Norte (RN) e na criação da Instância de Governança Regional (IGR) das Serras do Agreste Potiguar nos municípios da área em forma de associação como foi apurado junto a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente (SETURMA).

Em acréscimo, consideremos, também, que o território desses municípios, como área de pequenas lavouras com práticas tradicionais são expostas às conhecidas dificuldades que os camponeses da agricultura familiar enfrentam em função da carência hídrica em parte do domínio climático do semiárido. “Com precipitação média anual igual ou inferior a 800 milímetros e temperaturas médias anuais elevadas, iguais e superiores a 25°C, esse tipo climático abarca quase todo o interior do Nordeste” (Lucena, Silva e Lucena, 2018, p.1), o que sugere a busca por novos apelos econômicos independentes das condições pluviométricas.

Carniello e Silva (2018,) se fundamentam em Weidenfeld (2018) para informar e defender que:

O turismo é comumente apontado como uma solução para economias fragilizadas na produção industrial ou agrícola, como uma alternativa econômica para o desenvolvimento. (...) e visto como uma alternativa ao declínio das indústrias tradicionais e a agricultura em geral, particularmente em regiões periféricas ditas atrasadas. Nestes casos, políticas territoriais podem promover estratégias de diversificação e, com isso, fomentar a atividade turística. (Carniello e Silva, 2018 p. 423).

Conectando o exposto com a área aqui estudada especificamente, sugerimos, então, que a

atividade turística possa ser agregada às suas atividades agrícolas, nas quais os produtores possam alcançar novos patamares econômicos pelo fornecimento de seus produtos, justamente, àqueles ligados aos hortifrutigranjeiros e apicultura, como exemplo, para a demanda de consumo que gravita no entorno dos serviços turísticos oferecidos.

Quadro 01- Condições geográficas e culturais de São José do Campestre (RN), Serra de São Bento (RN) e Monte das Gameleiras (RN)

Municípios	Temperaturas Médias(°C)	Altitudes	Atrativos naturais	Atrativos culturais
São José do Campestre	Máxima: 32,0 Média: 25,6 Mínima: 18,0	De 200 a 400 metros.	Vegetação e relevo com afloramento de rochas.	Casa de cultura, igrejas, feira livre, eventos festivos e desportivos.
Serra de São Bento	Máxima: 32,0 Média: 25,6 Mínima: 18,0	De 400 a 800 metros.	Vegetação, relevo com afloramento de rochas e temperaturas amenas.	Igrejas, mirantes, eventos gastronômicos e culturais.
Monte das Gameleiras	máxima: 32,0 média: 25,7 mínima: 18,0	De 400 a 800 metros.	Vegetação, relevo com afloramento de rochas e temperaturas amenas.	Igrejas, mirantes, eventos gastronômicos, culturais e esportivos.

Fontes: elaborado pelos autores com informações da CPRM, 2005 e pesquisa primária, 2025.

Com menor participação nessa escalada turística da Borborema, São José do Campestre, juntamente, com o vizinho município de Passa e Fica – RN, se beneficiam desse processo pela proximidade com os demais municípios da área e acesso fácil para o Parque Estadual da Pedra da Boca (Passa e Fica - RN e Araruna - PB) e porta de entrada para os visitantes que frequentam a rota do alto do Planalto da Borborema (Serra de São Bento e Monte das Gameleiras) e passagem obrigatória do circuito religioso Guarabira - PB (estátua de Frei Damiao) e Santa Cruz-RN (estátua de Santa Rita).

Respeitando o exposto, observamos o quão palpável são, atualmente, as iniciativas de incremento do turismo por serem estendidas para outras localidades do semiárido que não sejam aquelas favorecidas pelo vasto litoral nordestino e, por isso, amealham dividendos dessa atividade econômica.

Portanto, a interiorização deve ser uma pauta prioritária, tendo em vista que o território do semiárido se apresenta como uma opção importante por apresentar como atrativo natural um quadro paisagístico amplo e uma herança cultural muito rica em manifestações heterogêneas por todo o território, além de uma gastronomia variada.

Figura 03 - Parque Estadual Pedra da Boca e vista parcial dos municípios de Serra de São Bento (RN) e Passa e Fica (RN)



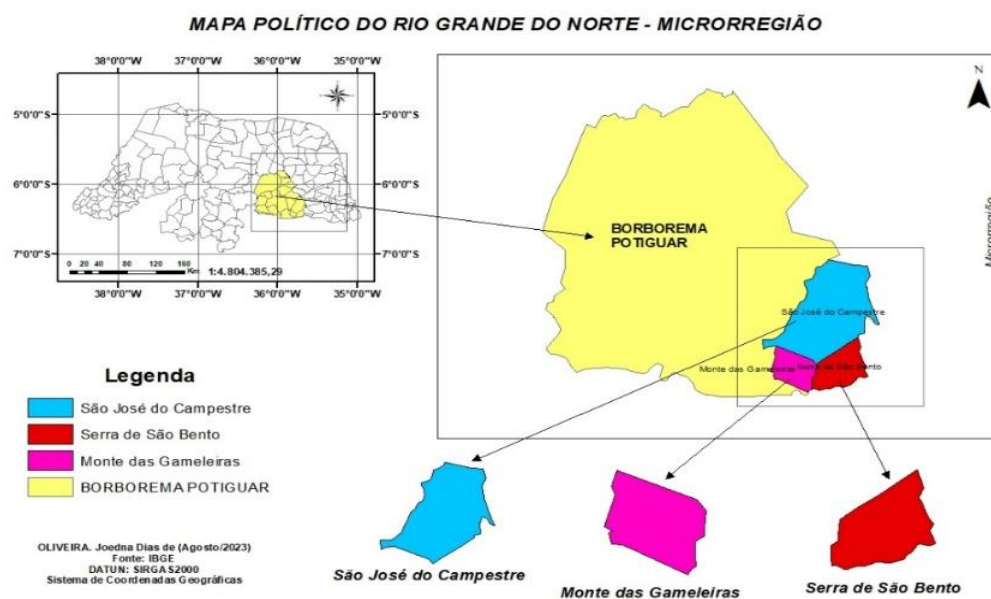
Fonte: pesquisa primária dos autores. Setembro de 2023.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O recorte espacial definido para o estudo respeita os limites municipais estabelecidos pelo IBGE, com espaço delimitado geograficamente com a denominação de Microrregiões. Para isso, a presente proposta trouxe situações concernentes ao tema, circunscritas a três municípios da Microrregião da Borborema Potiguar.

Figura 04 - Mapa da Área de Estudo



Fonte: elaborado pelos autores. Agosto, 2023.

### 3.2 PROCEDIMENTOS

Para estruturar as discussões temáticas utilizou-se a Pesquisa Bibliográfica e Documental com metas a ampliar o debate da atividade turística e a relação com outros apelos econômicos tradicionais nas mais diversas situações levantadas de acordo com os objetivos do estudo. Dentre os referenciais teóricos analisados, menção para: Araújo Bacelar (1997 e 2014); Castro (2000 e 2001); Furtado (1974 e 2007); documentos públicos que tratam da questão turística oriundos de órgãos de governo nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal); e artigos mais recentes extraídos das bases de dados Scielo Brasil e Periódicos Capes, como: Carniello e Silva, (2018) e Lucena (2018). Esses procedimentos contribuíram no atendimento às perspectivas da proposta no tocante ao turismo, a infraestrutura básica e fatores econômicos; e como essas vertentes dialogaram com a realidade da área de estudo, possibilitando um embasamento teórico consoante com as inferências aventadas. Foi realizada visita às instituições municipais, exemplificando secretarias de turismo, de meio ambiente, de desenvolvimento econômico e outras que viessem ao encontro do foco da pesquisa através de entrevistas com seus representantes; imersão em espaços específicos da área (pesquisa primária). Esta última ação foi uma abordagem metodológica que trouxe subsídios valiosos ao intento com esclarecimentos importantes, pois “é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (Lakatos, 2003, p. 186).

Para compreender com mais clareza o cenário atual e futuro da área quanto ao tema, utilizamos, também, “a metodologia de Análise SWOT, a qual é composta por uma matriz que facilita a visualização das quatro características que originou sua sigla em inglês: Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)”. (São José do Campestre, 2016, p. 22).

Assim, foram definidos na matriz SWOT os “Itens de Reflexão” referentes aos atrativos naturais, atrativos culturais, comunicação, mobilidade, infraestrutura e legislação para a atividade turística dos municípios de São José do Campestre (RN), Serra de São Bento (RN) e Monte das Gameleiras (RN).

## 4 ANÁLISE DE DADOS

As informações constadas nos quadros dois e três resultam da pesquisa bibliográfica e documental, bem como das visitas realizadas à área de estudo e abordagens dialógicas com representantes legais das instituições dos municípios e outros segmentos como: servidores públicos e residentes com alcance de conhecimento do tema para atender os requisitos presentes na matriz SWOT.

No quadro dois encontram-se as vantagens e desvantagens internas da área de estudo quanto à atividade turística. As informações aparecem como ponto forte para àquelas situações favoráveis ao incremento turístico no seu ambiente interno como também se apresentam as fragilidades susceptíveis de comprometimento.

Quadro 02 - Matriz SWOT de São José do Campestre (RN), Serra de São Bento (RN) e Monte das Gameleiras (RN) - ambiente interno.

<b>Pontos Fortes (Força) Ambiente Interno</b>	<b>Itens de Reflexão</b>	<b>Pontos Fracos (Fraqueza) Ambiente Interno</b>
<p>Vantagens internas da área de estudo quanto à atividade turística.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente propício para trilhas ecológicas;</li> <li>• Paisagem da caatinga e rochas afloradas com diversas feições;</li> <li>• Temperaturas amenas;</li> <li>• Construções com apelo religioso;</li> <li>• Calendário de eventos gastronômicos, esportivos e culturais;</li> <li>• Acesso viário e de telecomunicação;</li> <li>• Divulgação do destino;</li> <li>• Rota de turismo religioso;</li> <li>• Oferta de água tratada;</li> <li>• Proximidade com o Parque Estadual Pedra da Boca;</li> <li>• Parque Eólico Umari;</li> <li>• Rede de pousadas e restaurantes;</li> <li>• Expansão imobiliária com viés turístico;</li> <li>• Sistema de água tratada e de esgotamento sanitário;</li> <li>• Projeto de integração regional do turismo;</li> <li>• Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atrativos naturais;</li> <li>• Atrativos culturais;</li> <li>• Comunicação;</li> <li>• Mobilidade;</li> <li>• Infraestrutura; e</li> <li>• Legislação</li> </ul>	<p>Desvantagens internas da área de estudo quanto à atividade turística.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixo apelo midiático;</li> <li>• Infraestrutura e mobilidade urbana carente;</li> <li>• Sistema de esgotamento sanitário obsoleto e insuficiente;</li> <li>• Oferta de pousadas e restaurantes sofrível em São José do Campestre (RN).</li> <li>• Infraestrutura e mobilidade urbana carente;</li> <li>• Oferta de água tratada insuficiente em Serra de São Bento (RN) e Monte das Gameleiras (RN);</li> <li>• Acesso viário sofrível;</li> <li>• Integração viária carente;</li> <li>• Linhas de transporte público insuficientes;</li> <li>• Ausência do Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo em Serra de São Bento e Monte das Gameleiras; e</li> <li>• Ausência do Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo.</li> </ul>

Fontes: IBGE Cidades; Secretaria de Turismo do RN (SETUR); PDTT de São José do Campestre (RN) e pesquisa primária dos autores, 2023.

Os elementos de reflexão: atrativos naturais e culturais, comunicação, mobilidade e infraestrutura foram utilizados como parâmetros para identificar os pontos fortes e fracos do ambiente interno. Foi identificado, então, que a área de estudo se torna propícia para a atividade turística por oferecer uma paisagem com um perfil de relevo sobressaliente em muitos pontos e um importante encadeamento de rochas afloradas com diversas feições, o que se torna atrativo quando aliado com as temperaturas amenas. As construções com apelo religioso, eventos gastronômicos, esportivos e culturais, incrementados pelo incentivo midiático têm sido fatores de atração importantes. Outros elementos têm contribuído significativamente para o desenvolvimento desse processo: rota do turismo religioso; proximidade com o Parque Estadual Pedra da Boca; Instalação do Complexo Eólico Umari e oferta de pousadas e restaurantes com boas avaliações. Antagônico a essas menções identifica-se a infraestrutura e mobilidade urbana carente de um ordenamento; sistema de esgotamento sanitário obsoleto e insuficiente para atender a demanda; oferta de água tratada incompatível com o consumo, principalmente nas áreas de maior fluxo (Serra de São Bento e Monte das Gameleiras); acesso e integração viária sofrível, apresentando estradas em depreciação; linhas de transportes coletivos insuficientes; e ausência do Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo em Serra de São Bento e Monte das Gameleiras.

No quadro três estão apresentadas as possibilidades do ambiente externo que podem proporcionar ao turismo da região as condições de estabilidade na perspectiva do desenvolvimento necessário da área ao formular suas políticas públicas sintonizadas com os projetos de governança externa e as ameaças propulsoras de obstáculos para o planejamento territorial focado no incremento turístico.

Quadro 03 - Matriz SWOT de São José do Campestre (RN), Serra de São Bento (RN) e Monte das Gameleiras (RN) - ambiente Externo.

Oportunidades Ambiente Externo	Itens de Reflexão	Ameaças Ambiente Externo
<p>Aspectos positivos externos com o potencial de fazer melhorar as condições turísticas da área de estudo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alinhamento com as políticas públicas do Ministério do Turismo (MTUR) e Secretaria de Estado do Turismo do RN (SETUR);</li> <li>• Projetos federais e estaduais com foco nas políticas de desenvolvimento ambiental e econômico; e</li> <li>• Reconhecimento internacional do destino.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atrativos naturais;</li> <li>• Atrativos culturais;</li> <li>• Comunicação;</li> <li>• Mobilidade;</li> <li>• Infraestrutura; e</li> <li>• Legislação</li> </ul>	<p>Aspectos negativos externos com o potencial de comprometer a qualidade das atividades turísticas da área de estudo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estiagens prolongadas que podem comprometer os recursos naturais da região;</li> <li>• Descontinuidade das políticas para o turismo e obras de infraestrutura; e</li> <li>• Ausência de projetos consoantes com o desenvolvimento da atividade.</li> </ul>

Fontes: IBGE Cidades; Secretaria de Turismo do RN (SETUR); PDTT de São José do Campestre (RN) e pesquisa primária dos autores, 2024.

O alinhamento com as políticas públicas do Ministério do Turismo (MTUR) e Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (SETUR); contemplação de projetos com apelo ao desenvolvimento econômico da região; formulação de políticas voltadas para a conservação e/ou preservação do ambiente natural, bem como a elaboração de projetos para o saneamento ambiental, foram aspectos positivos externos identificados como elementos em potencial para trazer melhores condições turísticas da área de estudo. Outro ponto importante mencionado é que o destino possa ter um reconhecimento internacional com vistas a atrair turistas que vem ao Estado potiguar e vejam nas atrações presentes em áreas interiorizadas oportunidades de lazer diferentes das encontradas nas opções turísticas litorâneas.

Identificou-se, também, que as ameaças externas que podem causar dificuldades ao processo turístico ora em voga se convergem para as possibilidades de estiagens prolongadas com reflexo no comprometimento dos recursos naturais da região, sendo um fenômeno causal que pode gerar muitas dificuldades, pois “o convívio com a seca é uma realidade que traz grandes desafios para os municípios localizados no Nordeste brasileiro, principalmente para aqueles que se encontram na região semiárida” (Santana e Santos, 2020, p. 1). Os índices reduzidos de chuvas abaixo da média, mesmo esporádicos, implicam nas condições climáticas para mudanças paisagísticas consideráveis com

reflexo nos fatores hídricos pela redução drástica dos volumes pluviométricos por longo período. Logo a oferta de água para consumo e lazer é algo indissociável de uma área propensa ao turismo, como aqui se trata neste estudo. Outros elementos tidos como ameaça externa vêm do âmbito das políticas de governo, concentrados na descontinuidade das decisões legais para o turismo em forma de projetos que estimulem a cadeia produtiva e ausência de obras de infraestrutura consoantes com o desenvolvimento de áreas com apelo turístico.

## 6 CONCLUSÃO

Pelo observado, a atividade turística como alternativa econômica ganha viabilidade não só em espaços com grandes ofertas de atrativos e infraestruturas modernas eficientes e eficazes; mas, também, em regiões que estão se descobrindo para esse importante nicho econômico através da prestação de serviço no âmbito do entretenimento.

Considera-se então que a área de estudo, aqui delimitada para os municípios de São José do Campestre, Serra de São Bento e Monte das Gameleiras localizados na microrregião Borborema Potiguar do Estado do Rio Grande do Norte se apresenta como um espaço no território do semiárido que vem despertando interesse externo, principalmente pelos atrativos naturais e culturais que se destacam como potencialidades importantes para a atividade turística.

Nessa perspectiva, ponderou-se que a utilização dos atributos que a região possui como vertente turística com foco no desenvolvimento econômico se consolidam muito mais se as políticas públicas nas esferas de governança externa com viés turístico ocorrerem a contento com resposta na melhoria dos indicadores econômicos. Para isso torna-se necessário uma atuação conjunta de agentes públicos e privados com uma visão focada na melhoria da infraestrutura básica – comunicação viária, saneamento básico, transportes –, com tendência ao desenvolvimento da área de estudo e seu entorno.

Por fim, como cadeia produtiva importante, apurou-se que a atividade turística que envolve os municípios estudados tem estimulado atores de vários segmentos na maior parte da área, considerando a análise dos atrativos do segmento cultural e a gestão de operações articuladas entre gestores públicos e empreendedores. Esse estímulo, ao enveredar pela boa gestão pública, tende a incentivar a atuação no sentido de resolver as fragilidades percebidas, assim como, procurar novas rotas decisórias e preparação com anteparos para possíveis ameaças que venham reduzir o ritmo de progresso que se percebe em parte significativa da área deste estudo como foram identificadas nos resultados do estudo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. *In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de et al. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 539-560.

BACELAR, Tânia. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: visão do GTDN e desafios para o presente. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 28, n. 4, 1997.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução: C. F. Moisés; A. M. L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. **Delimitação do Semiárido**: relatório final. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 2021.

CARNIELLO, M. F.; E SILVA, C. L. B. Turismo como vetor de desenvolvimento local: análise da estrutura turística no Município de São José do Barreiro - SP. *Redes*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 422, 12 set. 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/12189>. Acesso em: 19 dez. 2023.

CASTRO, Iná Elias de. Ilhas de tecnologia no nordeste brasileiro e a reinvenção da natureza. *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 45-63, jul./dez., 2000.

CASTRO, Iná Elias de. **Natureza, imaginário e a reinvenção do nordeste**. *In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. P.

CASTRO, Iná Elias de. **Natureza, imaginário e a reinvenção do nordeste**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/08.pdf> Acessado em 10/09/2023.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea**. Diagnóstico do município de Serra de São Bento, estado do Rio Grande do Norte. Organização: João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior *et al.* Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DE SANTANA, A. S. Impactos da seca de 2012-2017 na região semiárida do nordeste: notas sobre a abordagem de dados quantitativos e conclusões qualitativas. [s. l.], **boletim regional, urbano e ambiental** 22.jan.-jun. 2020, Ipea.

FERNANDES, R. M. C. e MACIEL, A. L. S. (Org.). **Tecnologias sociais**: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010.

- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.
- LUCENA, C. Y. D. S. *et al.* O reuso de águas residuais como meio de convivência com a seca no semiárido do Nordeste Brasileiro. **Revista de Geociências do Nordeste**, [S. l.], v. 4, p. 1–17, 23 maio 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/13321>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido - uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.
- PIMENTEL, T. D. Análise do segmento de atrativos culturais da cadeia produtiva do turismo de juiz de fora. **Marketing & Tourism Review**, [S. l.], v. 5, n. 2, 11 set. 2020. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/mtr/article/view/5966>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- PRADO JÚNIOR, Caio, **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo nos Municípios de Passa e Fica, Serra de São Bento e Monte das Gameleiras**. SEGEPRO, 2017.
- SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE. **Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo**. Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente (SETURMA), 2022.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento, um conceito transdisciplinar por excelência. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2003.
- SILVA, Cícero Nilton Moreira da. **O Território das políticas de desenvolvimento rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): consenso ou conflito?** 260f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.
- SILVA, R. P. A trajetória de um clássico: Formação econômica do Brasil de Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 443–448, ago. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182011000200009&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182011000200009&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 23 dez. 2023.
- SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia *et al* (org.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- SILVA, Camylla D’Maria Macedo da; PORTELA, Solange Araújo. **Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo Criação do Destino Turístico Serras do Agreste Potiguar**. 13º CONGESP: Gestão Pública e Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas, Governo do RN, 2019.
- SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. São

Paulo: Atlas, 2007.

SOCIEDADE, POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO / organizador: Aristides Monteiro Neto. – Brasília: Ipea, 2014. 220 p. : il., gráfs. – (**Desenvolvimento nas Ciências Sociais** : o Estado das Artes ; Livro 2).

THEIS, Ivo Marcos. Hic et nunc: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo, v. 24, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6982>. Acesso em: 02 de outubro de 2023.

VALDUGA, M. C. et al. Inovação e empreendedorismo no turismo rural: limites e potencialidades de novas tendências no cenário brasileiro. **REVISTA ACADÊMICA OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TURISMO**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 25–51, 23 dez. 2021. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/7144>. Acesso em: 18 dez. 2023.

WEIDENFELD, Adi. Tourism Diversification and Its Implications for Smart Specialisation. **Sustainability**. v. 10, n. 319, 2018. Disponível em: < [www.mdpi.com/journal/sustainability](http://www.mdpi.com/journal/sustainability) > . Acesso em: 01 jun. 2018. DOI:10.3390/su10020319